



CONSELHO GERAL

ATA N.º 5/2012

Reunião Extraordinária do Conselho Geral

_____ No dia treze de julho de dois mil e doze, pelas onze horas e dez minutos, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda: _____

_____ 1. Votação da ata da reunião de 22 de junho de 2012; _____

_____ 2. Informação ao Conselho Geral do expediente recebido; _____

_____ 3. Informação a cargo da Reitoria para esclarecimento das matérias constantes dos requerimentos dos Conselheiros, Professores Mário Fortuna e Carlos Amaral, e não abordadas na reunião de 22 de junho por insuficiência de tempo; _____

_____ 4. Discussão e votação de uma proposta para proteção das verbas de financiamento dos projetos (ver anexo, Proposta 1); _____

_____ 5. Discussão e votação de uma proposta destinada a reforçar a intervenção e os meios financeiros da Fundação Gaspar Frutuoso (ver anexo, Proposta 2); _____

_____ 6. Discussão e votação de uma proposta visando a fixação de pressupostos para o Orçamento de 2013, com incidência nos Serviços Centrais (ver anexo, Proposta 3); _____

_____ 7. Discussão e votação de uma proposta destinada a estimular a produtividade dos docentes (ver anexo, Proposta 4); _____

_____ 8. Esclarecimento da Reitoria sobre a execução e impactos do plano de redução de custos com pessoal previsto no despacho ministerial de concessão de um empréstimo à Universidade dos Açores; _____

_____ 9. Situação de uma vaga no Conselho Geral causada pelo termo do mandato de um dos representantes dos estudantes, constatando-se que nenhum dos substitutos tem condições para assumir o exercício; _____

_____ 10. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores. _____

_____ Estiveram presentes os seguintes membros: _____

_____ Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba; _____

_____ Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral; _____

_____ Doutor Carlos Fernando Mimoso Vouzela; _____

_____ Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha; _____

_____ Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz; _____

_____ Doutor Mário José Amaral Fortuna; _____

_____ Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho; _____

_____ Dr. Mário António da Mota Mesquita; _____

_____ Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral; _____

_____ Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa. _____



_____Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores._____

_____Não estiveram presentes o doutor Mário Alexandre Pousão da Costa Gata, o Dr. Delmar António de Sousa Bizarro e o estudante Luís Paulo Ramos Freitas, tendo qualquer um deles justificado a sua ausência antecipadamente._____

_____Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão._____

_____1. A aprovação da ata da reunião de vinte e dois de junho ficou adiada para a próxima reunião, por estarem em falta alguns esclarecimentos, por parte da Reitoria, nomeadamente no que diz respeito ao ponto 11. da ordem de trabalhos._____

_____2. O Presidente do Conselho Geral procedeu à informação do expediente recebido, fazendo referência a três documentos dirigidos ao Conselho Geral, a saber: i) um abaixo-assinado dos alunos do DOP, com o intuito de ver resolvido o problema de funcionamento do curso de Atividades Marítimas e Turísticas e do seu eventual encerramento; ii) ofício do doutor João Luís Gaspar, a insurgir-se contra o teor da entrevista dada pelo doutor Mário Fortuna; iii) ofício da Assembleia Municipal da Horta, insurgindo-se sobre o eventual encerramento do curso do DOP acima mencionado e comunicando uma moção sobre o movimento da tripolaridade da Universidade._____

_____Nomeadamente no que diz respeito à correspondência enviada ao Conselho Geral, o doutor Carlos Amaral referiu que bastará uma mera apresentação da documentação recebida, devendo a mesma ser anexada à ata._____

_____Quanto ao ofício do doutor João Luis Gaspar, o doutor Mário Fortuna afirmou não pretender abdicar do seu direito em intervir sobre assuntos de interesse da instituição, pois sempre defendeu que tudo o que se passa na Universidade deve ser de conhecimento público._____

_____Relativamente a este assunto, a doutora Gabriela Queiroz salientou que o problema é estar a dar uma imagem errada do que se passa na Universidade, acrescentando que caberá à instituição esclarecer as situações pouco claras existentes na Universidade, antes de serem divulgadas na imprensa._____

_____Em relação ao CET da Horta, o doutor Alfredo Borba disse tratar-se de um problema grave, derivado de um erro processual, que atinge também os outros CETs que são dados no DCA. Quanto ao pagamento da hora letiva informou que, no início do curso, foi estabelecido um mapa com a previsão do pagamento aos docentes, mas que, devido ao incumprimento do prazo de pagamento, os docentes recusam-se a lançar notas, começando mesmo a irem para a comunicação social._____

_____Ainda em relação à correspondência recebida, o Presidente do Conselho Geral informou que tem recebido igualmente outro tipo de correspondência dirigida ao Magnífico Reitor, com conhecimento para vários órgãos da casa incluindo o Conselho Geral, que constitui uma reclamação das várias situações concretas sentidas, devido à situação da Universidade, dando conta de situações anómalas que têm ocorrido nestes últimos tempos. Deu como exemplo o problema da Granja, com fotos de gado em estado de degradação, e a troca de correspondência de protestos feitos em circuito



aberto, num tom de verdadeira 'rebelião'. Em relação ao que deve ser do conhecimento do público, referiu ainda a questão das atas, salientando que, tal como acontece em outras universidades, estas deveriam ser mais pequenas, apenas com deliberações, e não com as discussões propriamente ditas, como as que estão a ser feitas. Quanto ao que é dito em nome da instituição, voltou a referir que é a favor da liberdade de expressão, estranhando, no entanto, que, como Presidente do Conselho Geral, lhe esteja vedada essa possibilidade, enquanto existem conselheiros que têm liberdade de o fazer, tendo o doutor Mário Fortuna esclarecido que não foi o responsável por ter aparecido no jornal como membro do Conselho Geral.

_____No que diz respeito às atas, o doutor Carlos Amaral reafirmou que, enquanto membro do Conselho Geral, não abdica de ter todas as suas intervenções/posições devidamente registadas em ata, nem abdica que, à *posterori*, as mesmas sejam disponibilizadas ao público.

_____3. Antes de prestar os esclarecimentos respeitantes às matérias não abordadas na reunião do dia vinte e dois de junho, o Magnífico Reitor informou que todas as situações referidas na correspondência que têm recebido se devem essencialmente à Lei dos Compromissos, que obriga a que os fundos disponíveis sejam distribuídos mês a mês, e à dívida da Universidade, relativamente a dois mil e onze, e conseqüente empréstimo, que poderá resolver muitos destes problemas. Relativamente aos pedidos de esclarecimento, informou que, em relação à Granja, a empresa Unicol se tinha recusado a fornecer a ração devido à dívida existente, acrescentando que, apesar da Lei dos Compromissos e dos fundos disponíveis, conseguiram arranjar maneira de efetuar o pagamento da dívida, tendo a Unicol garantido posteriormente que iria continuar a fornecer a ração para a Granja. Quanto à questão da investigação/prestação de serviços, esclareceu que todas as despesas feitas em investigação e prestações de serviço são pagas através dos fundos disponíveis e que o que deu origem a que muitos investigadores ficassem impossibilitados de apresentar os seus relatórios foi a existência de várias faturas antigas que não foram pagas. Apresentou como solução para o desenvolvimento dos projetos a passagem dos mesmos para a Fundação Gaspar Frutuoso, por considerar que se trata de uma instituição capaz de abranger todos estes projetos. No entanto, alertou para a necessidade de se adaptar a Fundação e alocar funcionários da Universidade na Fundação. Relativamente às exigências para a regularização das propinas, esclareceu que já foi criado um plano de regularização de dívida e que já estão a ser tomadas medidas para o efeito. Quanto às propinas em atraso, referentes aos anos anteriores, informou que os alunos que se encontram nesta situação só poderão matricular-se quando regularizarem a dívida, tendo a Reitoria contactado um jurista para tentar solucionar as situações de alunos que já estão licenciados. Por fim, lembrou que todas as atividades da Universidade terão de estar sujeitas à Lei dos Compromissos, devendo os fundos disponíveis ser redistribuídos da melhor forma possível.

_____O Vice-Reitor recordou que, ao longo de dois mil e onze, a Universidade já se defrontava com problemas de tesouraria, com um impacto muito direto sobre a investigação, tendo acrescentado que, em dois mil e doze, a situação se complicou



substancialmente, devido à Lei dos Compromissos, colocando grandes problemas na execução dos projetos, na medida em que, apesar de os compromissos terem prazos de pagamento muito limitados, nada pode ser pago sem autorização prévia. Recordou ainda que existe uma regra interna de distribuição dos fundos, aprovada em primeira instância pelo Conselho de Gestão e posteriormente pelo Conselho Geral, que consiste em que cada unidade orgânica tenha de gerir de acordo com os fundos que lhe estão destinados. Referiu igualmente que têm que ser feitos ajustamentos devido ao corte no financiamento da Universidade e que esta tem de ser repensada do ponto de vista financeiro, havendo necessidade de se separar a investigação / prestação de serviço do ensino. Em relação à questão da contratação da hora letiva, esclareceu que o que enviou não foi propriamente um despacho, mas sim uma informação, no sentido de alertar para uma exigência legal, ou seja, a Lei dos Compromissos, que obriga a que haja cabimentação prévia e um contrato prévio com o docente que irá ser contratado à hora e este compromisso tem de ser assumido e registado informaticamente. _____

_____ Aberto um período de intervenções, o doutor Tomaz Dentinho referiu que a regra que adotaram para a Lei dos Compromissos deve ser alterada e que a Lei dos Compromissos não deve ser interpretada nem aplicada do modo como estão a fazer, mas por cada compromisso que a Universidade está a assumir. Referiu ainda que, em relação aos projetos, a solução que a reitoria está a apontar, e que de alguma forma o Conselho Geral está a apoiar/aceitar, embora possa resolver algumas situações, não é de facto a melhor solução, pois o problema de se transferir projetos para a Fundação pode dar origem a que alguns departamentos fiquem sem *overheads*, prejudicando o próprio departamento, principalmente quando está em causa o financiamento dos mestrados. Segundo afirmou, em vez desta solução, a reitoria deveria criar uma nova forma de implementar os projetos. _____

_____ Em termos de investigação e de docência, o Doutor Carlos Amaral recordou que, no passado, os compromissos sempre existiram, sendo lamentável que, apesar dos compromissos assumidos, haja pagamentos de salários em atraso. Considerando esta situação como prioritária, referiu que, em Conselho Pedagógico, teve conhecimento de situações de docentes que se recusam a dar aulas e a lançar notas, por não estarem a ser pagos. Quanto ao futuro, considera a Fundação Gaspar Frutuoso como a melhor via para solucionar o problema da investigação, sendo uma das grandes prioridades da reitoria travar esta situação de degradação. Por fim, reforçou a necessidade de se resolver o estado da degradação da Universidade e de se estabelecer políticas para evitar uma maior degradação, dizendo que, apesar de compreender a Lei dos Compromissos, os serviços têm de ser assegurados, sendo para isso necessário recorrer ao pagamento das horas letivas e a outros elementos que possam garantir o financiamento dos cursos. _____

_____ Sobre a intervenção da reitoria, dizendo estar para breve a resolução da investigação, o doutor Alfredo Borba inquiriu para quando, referindo que existem equipas que foram destruídas por completo, bolsiros que têm de ser renovados e que em princípio irão ser dispensados, porque o DCA não tem condições de os pagar, projetos que já receberam financiamento e que já não conseguem transferir a verba para a Fundação Gaspar Frutuoso, centros que poderão desaparecer ou degradar-se se a



situação não for alterada. Apelou ainda para a necessidade de se definir os projetos para o futuro e resolver os que pertencem ao passado. Quanto à Granja universitária salientou que a mesma é fundamental para a sobrevivência do DCA, na medida em que lá estão a ser dadas aulas e a ser feita investigação. Em relação ao contrato com a Unicol, informou que, ao ter conhecimento de que a reitoria tinha pago uma dívida da Granja a esta empresa, fez um pedido ao Conselho de Departamento para saber o que se passava com o referido contrato, tendo aquele Conselho passado a responsabilidade para a Administração. No que diz respeito ao funcionamento do 1.º ciclo e dos CETs e ao pagamento das horas letivas, informou que sempre fizeram uma previsão do que pretendiam gastar, apresentando a proposta ao Conselho Geral e ao Conselho de Gestão, e que nunca receberam uma resposta negativa por parte daqueles órgãos, indicando que a proposta não estava correta.

Relativamente à passagem dos projetos para a Fundação, o doutor Mário Fortuna salientou que esta não é a melhor solução, pois apenas resolve o problema dos projetos e não a situação deficitária da Universidade, uma vez que a situação na sua origem continua mal, tendo acrescentado que cada vez que se passa um projeto para a Fundação é mais liquidez que sai da Universidade e é menos liquidez que entra, colocando em risco o próprio ensino. Por fim, questionou a reitoria sobre o impacto dos meios disponíveis para a transferência dos projetos para a Fundação. Em relação à questão da degradação, referiu não haver outra alternativa enquanto não se solucionar o problema económico da Universidade, tendo acrescentado que, enquanto não se resolver o problema económico, muito dificilmente se conseguirá resolver o problema financeiro.

Tendo em conta que parte dos problemas existentes sobre a falta de liquidez pertencem ao passado, o Dr. Roberto Amaral chamou a atenção para o facto de já se estar a verificar um saldo negativo no final do 1.º trimestre, ao qual ainda se deve acrescentar os encargos com o empréstimo, acrescentando que o empréstimo poderá solucionar alguns problemas, mas que não irá resolver a situação deficitária na sua totalidade.

O doutor Carlos Vouzela mostrou igualmente a sua preocupação em relação ao ensino e à investigação, mencionando que muitos projetos apresentam défice porque não tiveram condições para executar as suas verbas, não tendo notado, por parte da reitoria, a apresentação de documentos que permitam seguir um rumo. Referiu ainda que as exigências às unidades orgânicas devem existir, havendo, no entanto, necessidade de mais orientações por parte da reitoria sobre a forma que pretende implementar para diminuir o défice orçamental. Quanto à Granja, estranhou que a reitoria esteja a tentar solucionar a questão sem dar conhecimento à própria unidade orgânica, não tendo visto nos esclarecimentos do Reitor indicação de como se irá solucionar a situação.

O Magnífico Reitor voltou a referir que a situação da Universidade se deveu não só às limitações impostas pela Lei dos Compromissos, mas também à dívida do passado, tendo acrescentado que, apesar de se terem verificado alguns atrasos em relação ao empréstimo, dentro do possível e das limitações verificadas no próprio país,



irão tentar cumprir com o que foi proposto no plano estratégico. Em relação à Granja, informou que fizeram todos os esforços para ultrapassar a situação, tendo a Unicol dado luz verde para avançar com o fornecimento dos bens essenciais para o seu funcionamento. Quanto aos salários em atraso, salientou que o que está em atraso é apenas o que diz respeito ao pagamento dos que recebem à hora letiva, prevendo-se que a situação fique resolvida nas próximas duas semanas. Relativamente à transferência dos projetos para a Fundação, esclareceu que os problemas de tesouraria até agora não se sentiram porque os projetos que foram transferidos não estavam sujeitos a *overheads*.

_____Relativamente ao problema da Granja, o Vice-Reitor admitiu existirem questões intrínsecas da Granja que desconhece, daí ter dificuldade em apresentar uma alternativa para solucionar o problema. No que diz respeito ao problema da Universidade afirmou que tal se deveu ao facto de a Universidade não ter saldos do passado para cobrir os fundos disponíveis._____

_____Em relação à verba dos projetos, o senhor Administrador explicou que, quando cobram a receita, a verba vai para a rubrica de tesouraria, sendo paralelamente refletida no respetivo centro de custos, realçando, no entanto, que os projetos só poderão ser executados quando houver disponibilidade de tesouraria. Ainda em relação ao tratamento dos mapas dos fundos disponíveis, integrado no ponto 3., fez um resumo das três metodologias aprovadas, indicando que a nova proposta apresentada pelo doutor Mário Fortuna é, em quase tudo, idêntica à última metodologia, aprovada na reunião anterior e que está a ser utilizada, mas é como se não houvesse coesão, pois elimina o efeito de coesão._____

_____Tendo em conta a natureza da proposta que apresentou e que irá ser discutida no ponto 4. da agenda, o doutor Tomaz Dentinho propôs que a mesma fosse discutida antes da proposta agora apresentada pelo doutor Mário Fortuna, tendo a doutora Gilberta Rocha referido que qualquer conselheiro que queira alterar a ordem dos trabalhos deve fazer a proposta no início da reunião e não a meio dos trabalhos. O Presidente do Conselho Geral justificou o porquê de ter introduzido a proposta do doutor Mário Fortuna neste ponto, explicando que a mesma está diretamente relacionada com os mapas dos fundos disponíveis, ao que o doutor Carlos Amaral contrapôs, dizendo que, em sentido estrito, esta matéria só pode ser tratada no ponto 10._____

_____O doutor Mário Fortuna apresentou um protesto, dizendo que na reunião anterior, apesar de ter informado o Conselho de que precisava se ausentar mais cedo da reunião, mesmo assim deliberaram uma matéria que não estava agendada na ordem de trabalhos e da qual não tinha conhecimento, acrescentando que sempre respeitou o Conselho, apresentando propostas concretas com a devida antecedência, e que lamenta o mencionado na mensagem que acompanhou a sua proposta, já condicionando à partida a discussão do assunto._____

_____O Presidente do Conselho Geral justificou-se, dizendo que numa reunião desta natureza o conselho pode entender introduzir e debater um assunto, desde que esteja diretamente ligado ao que está a ser discutido._____



_____4. O doutor Tomaz Dentinho apresentou a sua proposta, explicando que se trata de uma proposta de proteção das verbas de projetos, que visa redefinir as verbas disponíveis, pois considera que cada projeto não pode ir buscar verbas a outro projeto e que a Lei dos Compromissos deverá ser aplicada a cada projeto individualmente. Em termos de reestruturação, esclareceu ainda o que propõe na alínea d) da referida proposta._____

_____O Vice-Reitor explicou que, do ponto de vista da sua exequibilidade legal, a proposta não é possível, devido ao elevado número de projetos existentes na Universidade._____

_____Sobre o assunto a doutora Gilberta Rocha levantou algumas dúvidas quanto à aplicação desta solução em relação aos projetos que já existem e à sua exequibilidade do ponto de vista legal, sobretudo no que se refere aos projetos da FCT, que só transferem o financiamento mediante a entrega das faturas._____

_____Levada a votação, a proposta foi aprovada com três votos a favor e oito abstenções._____

_____O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto dizendo que se absteve, na medida em que, concordando com o espírito da proposta, de que as verbas atribuídas a projetos devem ser reservadas para a respetiva execução, com exceção, óbvia, dos respetivos *overheads*, entende que, no quadro atual de restrições financeiras e com os “fundos disponíveis” que recebe mensalmente, a Universidade dos Açores não detém condições que lhe permitam garantir a implementação concreta da proposta._____

_____O Dr. Mário Mesquita apresentou uma declaração de voto, dizendo que concorda com o espírito da proposta, mas que tem dúvidas sobre a sua exequibilidade._____

_____5. O doutor Carlos Amaral apresentou uma proposta de proteção das verbas dos projetos, dizendo que a investigação científica da Universidade devia ser inserida na Fundação Gaspar Frutuoso, sem prejuízo das unidades orgânicas, uma vez que a Fundação pertence à Universidade dos Açores, devendo a mesma ser apetrechada dos recursos humanos necessários e dos instrumentos financeiros adequados para a exequibilidade dos projetos._____

_____Relativamente à passagem dos projetos para a Fundação Gaspar Frutuoso, o Magnífico Reitor informou que já começaram a pensar no assunto e que já estão a ser tomadas algumas das medidas referidas na proposta apresentada pelo doutor Carlos Amaral._____

_____Segundo afirmou o Dr. Roberto Amaral, esta proposta requer um estudo mais aprofundado, na medida em que, após o investimento pago, vai haver uma receita que vai dar liquidez para resolver os problemas financeiros dos projetos; por outro lado, acrescentou que esta transferência tem de ser feita gradualmente, de modo a que a Fundação Gaspar Frutuoso passe a assumir os encargos dos recursos humanos que irão ser transferidos._____

_____O doutor Mário Fortuna recordou que é preciso ter muito cuidado com a desorçamentação da receita da Universidade, na medida em que, por cada vez que se



transferir um projeto para a Fundação, vai faltar dinheiro para a Universidade. Quanto às cláusulas 5 e 6 da proposta, considera-as impossíveis de serem aplicadas. _____

_____ O Dr. Mário Mesquita aproveitou para informar que teve conhecimento de que saiu muito recentemente uma nova Lei das Fundações, que poderá trazer alguns problemas, dizendo que, sem o conhecimento prévio desta Lei e das suas implicações, não se deve aprovar uma proposta desta natureza. _____

_____ Da mesma opinião se mostrou a doutora Gabriela Queiroz, acrescentando que não será prudente aprovar uma proposta sem ter conhecimento da nova Lei que saiu. _____

_____ O doutor Tomaz Dentinho referiu que, antes da aprovação desta proposta, há a necessidade de se aprovar uma proposta antiga que já tinha apresentado sobre a cobrança de *overheads*, ao que o doutor Carlos Amaral esclareceu que os *overheads* serão creditados às unidades orgânicas. _____

_____ Considerando a posição do Dr. Mário Mesquita de todo pertinente, o doutor Carlos Amaral assumiu a retirada da proposta, referindo que poderá reconsiderá-la em próxima reunião, após um profundo estudo sobre a matéria. _____

_____ 6. Tendo em conta a necessidade de se racionalizar as despesas em todos os setores da Universidade, tendo em conta ainda as restrições que se vêm esbatendo sobre a Universidade e a forma como são orçamentadas despesas comuns, incluindo encargos gerais e despesas de administração, o Doutor Mário Fortuna apresentou uma proposta que visa a fixação de pressupostos para o orçamento de dois mil e treze, com incidência nos serviços centrais, referindo que a mesma se destina a orientar a preparação do orçamento. _____

_____ Perante os valores apresentados na proposta, e a conseqüente redução de cerca de 15% na rubrica de ‘Despesas de administração’, o senhor Administrador esclareceu que este corte implicará a anulação de todas as despesas que não têm a ver com pessoal, podendo originar redução de pessoal. _____

_____ O Doutor Roberto Amaral sugeriu que a reitoria procedesse à elaboração de um orçamento base zero, com todas as despesas discriminadas. _____

_____ Em relação à eventualidade de se ter de reduzir pessoal, a doutora Gilberta Rocha alertou para a necessidade de se estabelecer critérios que estejam subjacentes, devendo-se evitar indefinições sobre os mesmos. _____

_____ O Vice-Reitor considerou a proposta totalmente inexecutável, tendo afirmado que se trata de um ataque à Universidade no seu todo e ao seu próprio funcionamento, não vendo justificação lógica para a sua aplicação. Estranhou ainda que, numa altura em que existe sacrifícios da instituição, esta questão da contenção de pessoal não seja aplicada a toda a instituição, mas apenas aos serviços centrais. _____

_____ O doutor Tomaz Dentinho lembrou que o próprio acordo do empréstimo implica uma redistribuição e que quem tem poder efetivo e o dever de fazer esta reestruturação é a própria reitoria, referindo que o que se está a pedir é apenas em relação aos serviços centrais. _____

_____ Segundo o doutor Carlos Amaral, um exercício desta natureza não só se justifica como se exige. No entanto, para poder votar, referiu haver necessidade de



informação concreta sobre tudo o que ela traduz, de simulações do impacto real e de como se poderá concretizar ao nível da instituição. _____

_____ Levada a votação, a proposta foi aprovada com cinco votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. Nesta votação não está contemplado o voto da doutora Gabriela Queiroz, que entretanto se tinha ausentado da reunião. _____

_____ O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto, dizendo que se absteve, na medida em que, concordando com o princípio de que, num contexto de manifesto subfinanciamento, como aquele em que nos inserimos, todas as parcelas da academia devem partilhar do esforço de contenção de despesa, a proposta em causa não apresenta quaisquer indicações sobre o impacto que a implementação concreta de uma medida desta natureza teria sobre a Universidade dos Açores. _____

_____ 7. O doutor Tomaz Dentinho apresentou uma proposta de estímulo à produtividade dos docentes, que tem por objetivo ver, ao nível da docência, o que se passa nos departamentos e estimular os docentes a promover projetos de ensino, de investigação e prestação de serviços na Universidade. _____

_____ O Dr. Mário Mesquita referiu que esta proposta de avaliação do trabalho dos docentes é incompatível com a visão que tem do ensino superior e do próprio trabalho do docente, não crendo que esta fórmula possa avaliar concretamente o trabalho efetivo de um docente. _____

_____ O Doutor Carlos Vouzela recordou que, de três em três anos, os docentes são sujeitos a um sistema de avaliação, não vendo justificação para que sejam sujeitos a outro tipo de avaliação. Quanto à questão dos 'prémios', questionou se, havendo incumprimento da parte do docente, também haverá redução no seu vencimento, tendo o doutor Carlos Amaral referido que não concorda que haja diferenças de vencimentos. _____

_____ O Vice-Reitor salientou que já existe um sistema de avaliação, não crendo que esta proposta deva ser aplicável do ponto de vista legal. _____

_____ Levada a votação, a proposta foi recusada, com oito votos contra e um voto a favor. Nesta votação não estão contemplados os votos do doutor Mário Fortuna e do Dr. Sampaio da Nóvoa, que entretanto se tinham ausentado da sala. _____

_____ O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto, dizendo que votou contra por ter dúvidas, sérias, quanto à legalidade da proposta – que tendo sido apresentadas não foram respondidas – e por discordar do respetivo conteúdo. _____

_____ 8. No que toca à execução e impactos do plano de redução de custos com pessoal, previsto no despacho ministerial de concessão de um empréstimo à Universidade dos Açores, o Magnífico Reitor esclareceu que, no contrato efetuado, já constava a redução de pessoal, crendo, no entanto, que tal situação se resolva recorrendo apenas ao número de pessoas que se vão reformar. O senhor Administrador acrescentou que o plano inicialmente apresentado era para dez anos e não seis como ficou acordado e que, segundo informação do Ministério, a taxa de juro do empréstimo que irão aplicar é de apenas 2%. Em relação ao despedimento de pessoal, informou que foi feita uma simulação, ainda com base nos dez anos apresentados inicialmente, das pessoas que entrariam em aposentação, tendo em conta os seguintes pressupostos: i) tempo necessário para pedirem aposentação (anos de serviço, idade, etc.); ii) tempo previsto



para obtenção da reforma, que vai desde o pedido de aposentação até á respetiva aprovação. Face a estes pressupostos, a Universidade teria um encaixe financeiro muito significativo. Referiu, no entanto, que, em termos de execução do que se propôs e do que se está a verificar, o desvio não é significativo em relação a muitas das situações previstas a nível do quadro docente, enquanto em relação ao quadro de pessoal não docente, das duas situações previstas, apenas uma foi recusada. Por fim, esclareceu que até agora ninguém conseguiu vislumbrar um despacho/decreto que permita dispensar pessoal.

Aberto um período de intervenções, o doutor Tomaz Dentinho recordou que o esforço pedido à Universidade não vai permitir que a se resolva o défice estrutural da Universidade. Por sua vez o doutor Carlos Amaral alertou para a necessidade de se salvaguardar que esta política de não substituição de quadros não inviabilize as áreas científicas e a própria investigação, enquanto o doutor Carlos Vouzela mostrou a sua preocupação em relação à renovação do corpo docente.

9. Relativamente à situação de uma vaga no Conselho Geral, causada pelo termo do mandato de um dos representantes dos estudantes, e constatando-se que nenhum dos substitutos tem condições para ocupar o cargo, o Presidente do Conselho Geral levou o assunto à consideração dos conselheiros, tendo em conta que o mandato dos membros do Conselho Geral termina no próximo ano. Sobre o assunto foram levantadas várias dúvidas sobre a legalidade de um novo processo eleitoral ou de um órgão como o Conselho Geral ficar com menos um representante, tendo o assunto ficado em aberto, para ser decidido posteriormente.

10. Retomando o debate sobre a proposta apresentada pelo doutor Mário Fortuna, parcialmente discutida no ponto 3., o proponente prestou alguns esclarecimentos sobre os resultados apresentados na proposta, acrescentando que a liquidez deve ser distribuída em função do saldo corrigido, pois o que se verificou foi que algumas unidades orgânicas estavam a ser penalizadas pelo que se retirou da solidariedade. Segundo afirmou, esta proposta mantém o critério dos 10% para reserva dos serviços centrais, mas, em vez de se utilizar o saldo efetivo do mês anterior, utiliza-se o saldo corrigido, permitindo assim calcular os impactos em cada unidade orgânica.

A doutora Gabriela Queiroz lembrou que, na base de tudo, está a fórmula de distribuição, tendo apelado para a necessidade de se ter cuidado ao analisar a proposta e de se criar uma fórmula mais justa para todos os departamentos, pois, com esta proposta, os departamentos que recebem coesão ficam na mesma.

A doutora Gilberta Rocha levantou algumas dúvidas, sugerindo que se adote uma atitude mais ponderada e que se tente perceber o que conduz a estes resultados, tendo em conta que se verificam alterações significativas nos montantes disponíveis.

Segundo o doutor Carlos Amaral, perante a situação da Universidade, a única solução é distribuir equitativamente a quantia, tal como proposto anteriormente.

O Dr. Roberto Amaral referiu que, qualquer que seja o critério aprovado, irão continuar a existir injustiças em relação a algumas unidades orgânicas, pelo que teme que este novo critério, a ser aprovado, se venha a verificar injusto, tal como o anterior.



_____ O Presidente do Conselho Geral propôs que nenhum departamento receba mais do que 20% do total dos fundos disponíveis. _____

_____ Levada a votação, foram verificados os seguintes resultados: três votos contra, dois votos a favor e quatro abstenções. _____

_____ Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. _____

O Presidente do Conselho Geral: